

Lisboa, 26 de Maio de 2020

COVID-19 volta a chamar a atenção para a dívida dos países emergentes

Embora, até agora, a atenção se tenha centrado principalmente na China, na Europa e nos Estados Unidos, é provável que as consequências da pandemia da COVID-19 sejam ainda mais graves para as economias emergentes.

Mesmo que o grau de vulnerabilidade a este choque dependa de muitos factores, o ponto de partida das finanças públicas é uma questão fundamental, uma vez que determina a capacidade de responder às diversas consequências económicas da crise. No entanto, a dívida pública já atingia o nível mais elevado de todos os tempos em 2019. A Coface avalia os riscos directos (económicos e sectoriais) da pandemia no desenvolvimento dos países emergentes.

As saídas de capital e o aumento do risco soberano andam de mãos dadas, mesmo para as economias endividadas em moeda local

As saídas de capital, numa escala nunca antes vista, são o efeito mais imediato do aumento da incerteza global nos mercados emergentes. Durante o mês de Março, as vendas por investidores estrangeiros de obrigações e acções de 24 mercados emergentes, ultrapassaram os 80 bilhões de USD, um aumento de quatro vezes em relação ao último trimestre de 2008.

Durante o primeiro trimestre, as moedas dos países com bases mais sólidas depreciaram. Em termos gerais, as moedas dos países emergentes com mercados financeiros líquidos, foram as mais penalizadas. Durante este período, as moedas com desvalorizações mais fortes face ao dólar americano foram registadas no Brasil, África do Sul, Rússia e México (mais de 25%), seguidos pela Colômbia e Indonésia.

É importante notar que as saídas de capital foram menos significativas na primeira metade do mês de Abril. Estas conduziram a um aumento das taxas soberanas em moeda local, cujas emissões certamente protegem o emissor contra o risco cambial, mas geram um aumento adicional das taxas de juro. Os países que pensavam ter-se libertado do "pecado original" - ou seja, a incapacidade de emitir obrigações em moeda local - não estão, em última análise, imunes.

Muitas economias emergentes ou em desenvolvimento, de menor dimensão, não puderam emitir na moeda local dos seus países. Eles têm certamente aproveitado a abundante liquidez global dos últimos anos para emitir obrigações, mas em moeda estrangeira. Hoje, entretanto, estas obrigações são também penalizadas pelo aumento das taxas de juros soberanas, que são particularmente pesadas no Equador, em Angola e no Sri Lanka.

Para limitar a dimensão destas saídas de capital, os bancos centrais dos países emergentes decidiram intervir no mercado cambial. Outras organizações, como o Banco Central Europeu e a Reserva Federal dos EUA, lançaram programas de compra de activos envolvendo obrigações soberanas de alguns países (Filipinas, Colômbia, África do Sul e Polónia).

As economias emergentes, já endividadas antes da crise, sofrerão os efeitos de 3 choques: bloqueio, queda dos preços do petróleo e redução das receitas do turismo.

Para além do risco para as finanças públicas e da depreciação cambial, a Coface considera a exposição dos países emergentes aos riscos associados ao Covid-19 ao avaliar o risco-país.

Em primeiro lugar, os países afetados pela pandemia e cujos governos decidiram medidas de contenção obrigatórias terão de enfrentar um aumento do endividamento, resultante da diminuição das receitas ligadas à crise do coronavírus, bem como um aumento das despesas de saúde e das despesas para mitigar as consequências económicas para a população. A partir de 10 de Abril de 2020, 87 países encontravam-se nesta situação.

Os países dependentes das receitas do turismo (com um limiar de 15% do PIB) serão igualmente afetados pelas restrições às viagens internacionais. A fim de evitar uma deterioração da situação sanitária, muitos destes países implementaram medidas de contenção e fecharam as suas fronteiras aos viajantes. O sector do turismo representa, pelo menos, 15% do PIB em 45 países, incluindo Marrocos, Tunísia, México, Tailândia, Filipinas, Croácia e Camboja.

Os países emergentes dependentes das receitas provenientes da exportação de matérias-primas não agrícolas, serão igualmente afectados. Apesar de existir uma recuperação dos preços prevista pela Coface no segundo semestre (o custo médio do barril de petróleo Brent previsto em 2020 são 45 dólares), a mesma é insuficiente para que os principais países exportadores equilibrem os seus saldos orçamentais e as contas correntes. Acresce que para além deste efeito "preço", existe também um efeito "volume" para os países (incluindo a Arábia Saudita), que concordaram em reduzir drasticamente a sua produção a fim de limitar a dimensão da queda dos preços causada pela queda da procura. Os países exportadores de produtos de base são aqueles cujos saldos orçamentais deverão deteriorar-se mais este ano (respetivamente -15% e -16% do PIB para a Argélia e Omã, de acordo com os dados do FMI).

Actualmente, 9 países são afectados por 3 destas 4 fontes de vulnerabilidade: África do Sul, Argélia, Angola, Equador, Líbano, Mauritânia, Omã, Tunísia e Venezuela.

O financiamento adicional previsto pelas organizações internacionais (nomeadamente o FMI) e os ajustamentos da dívida anunciados pelos países credores, ajudarão muitos países de baixos rendimentos, mas provavelmente representará pouco para os principais países emergentes.

CONTACTOS

Claudia MOUSINHO - T. (+351) 211 545 408 – E. claudia.mousinho@coface.com

Coface: for trade

Mais de 70 anos de experiência e uma rede internacional perfeitamente articulada fazem da Coface uma referência em seguro de crédito, gestão de risco e economia global. Com a ambição de se tornar na seguradora de crédito mais ágil do mercado, os especialistas da Coface trabalham ao ritmo da economia mundial, apoiando 50.000 clientes na construção de negócios dinâmicos e de sucesso. Os serviços e soluções da Coface protegem e ajudam as empresas na tomada de decisões de crédito que permitam melhorar a sua capacidade de venda tanto no mercado doméstico como na exportação. Em 2019, a Coface empregou 4.250 pessoas e registou um volume de negócios de €1.5 bilião de euros.

<http://www.coface.pt>

COFACE SA é cotada no Compartmento A da Euronext Paris
Código ISIN: FR0010667147 / Mnemónico: COFA

